



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 09/20, DE 14 DE MAIO DE 2020

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

No Período de Antes da Ordem do Dia e após apresentação dos habituais cumprimentos ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, a todos os Senhores Vereadores e pessoal técnico afeto ao secretariado das reuniões do Executivo, presentes, começou por agradecer a receptividade dos Senhores Vereadores, quanto à alteração da hora da presente reunião.

Seguidamente e na sua intervenção, deu nota que o Tribunal de Contas emitiu o Visto, inerente à empreitada de "Requalificação da Praça Alexandre Herculano e Zona Envolvente", dado que a mesma foi objeto de um contrato adicional, aprovado



CÂMARA MUNICIPAL

em reunião de Câmara, que ultrapassava os 350 mil euros, motivo pelo qual, de acordo com a lei vigente foi submetida a Visto.

De igual modo, fez referência às obras de saneamento que continuam em bom ritmo, assim como à pavimentação de toda a estrada principal de Espariz, na Estrada Nacional 17 e, também, ao saneamento de Meda de Mouros/Bogalhas e Sevilha.

Ainda em sede de obras, informou que, no próximo dia 18, segunda-feira, será feita a consignação da obra de "Reabilitação do Edifício Municipal para Espaço Criativo-CULTIVA", na sequência, também, do Visto do Tribunal de Contas.

Face aos constrangimentos económicos provocados pela pandemia COVID-19, nas empresas, respetivos empresários e comércio do concelho, o Senhor Presidente da Câmara transmitiu que, no passado dia 8 de maio, foi assinado o Protocolo de Cooperação com a AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu, que visa a disponibilização de apoio, aos mesmos, em diversas áreas, designadamente, de informação, desenvolvimento económico, candidaturas, financiamentos, formação e também, entre outros, apoio à internacionalização.

No que respeita à reabertura do Mercado Municipal de Tábua, no passado dia 3 de maio, deu nota que pelo mesmo passaram cerca de 900 pessoas, quer pela zona interior, quer pela zona exterior, sendo cumpridas todas as regras de prevenção e de circuito estabelecidas, concluindo que tudo decorreu da melhor forma.

De igual modo, referiu que na passada segunda-feira, os Serviços da Câmara foram reabertos ao público, sendo que a partir do dia 18, os horários de trabalho vão ser alterados, no sentido de se evitar acumulação de funcionários dentro dos próprios Serviços, mantendo-se desta forma a distância entre os mesmos.

Paralelamente a esta situação e com o intuito de se evitarem filas de espera, em sede de atendimento presencial de munícipes, explicou que vai ser implementado um serviço em que as pessoas, prioritariamente, devem comunicar à Câmara o que pretendem, efetuando marcação para o atendimento dos assuntos pretendidos, situação análoga à que já estava a ser praticada pelos Serviços de Obras.



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

Em sede de representatividade, mencionou que, no dia de ontem, esteve presente na Assembleia Geral da empresa intermunicipal ECOBEIRÃO, para aprovação das contas e, que como referiu " *mais uma vez obteve resultados positivos e que é uma empresa que, no final 2019, vai ficar entre as 100 maiores do distrito de Viseu. Portanto, uma empresa que é detida em 72% pela Associação de Municípios do Planalto Beirão, sendo das poucas empresas intermunicipais, que de acordo com a Lei de 2013, se manteve ativa por cumprir os requisitos, fazendo apenas alteração aos Estatutos*".

Por fim, e tendo algumas considerações a tecer, relativamente à última reunião de Câmara, dirigiu-se ao Senhor Vereador, Carlos Santos, referindo "O Senhor fez uma afirmação que considero muito grave porque tem pressupostos completamente falsos e sem qualquer fundamento. Pôs em causa a honra, a responsabilidade e o bom nome dos Diretores dos Bombeiros, da minha pessoa, dos elementos do Conselho Fiscal e da Assembleia-Geral. Fez uma afirmação de que, há vários anos, eu não prestava contas aos Bombeiros. Isso é completamente falso. Temos prestado contas todos os anos, as contas têm sido aprovadas e são Assembleias com 70/80 sócios. Aquilo que eu posso esclarecer é que, apenas, no ano 2017 tivemos um problema com um funcionário, que tem um processo-crime ainda a decorrer, tem um processo cível de pedido de indemnização, bem como a investigação criminal. Contudo, as contas da responsabilidade desse funcionário, técnico oficial de contas, foram apresentadas aos sócios e que, por proposta da Direção, não foram votadas porque o novo técnico oficial de contas, não assumia a responsabilidade e o anterior técnico tinha um processo disciplinar, que culminou no despedimento por justa causa, sem qualquer indemnização, que ele impugnou judicialmente e no dia do julgamento desistiu da ação. As contas foram sempre apresentadas e isso não pôs em causa que, relativamente ao ano 2017 e como acontece todos os anos, a Associação tenha pago entre 70 a 80 mil euros de IRC. Portanto, essa afirmação é grave. Não tem qualquer fundamento e, por isso, dizer-lhe que ou o Senhor Carlos Santos se retrata, hoje, ou vai ser apresentada uma participação criminal porque essa



CÂMARA MUNICIPAL

afirmação é muito grave e põe em causa a responsabilidade das pessoas, não só do Presidente e de toda a Direção, como do Concelho Fiscal, assim como da Assembleia que é presidida pelo Professor Dr. Arlindo Cunha. Lamento que tenha de fazer esta afirmação, além de que, também, versou o nome de pessoas, nomeadamente, da minha família e da sua, mas da sua o problema é seu, mas da minha família, quero dizer-lhe que os meus familiares não têm nada a ver com a Câmara Municipal e não têm culpa que o pai seja Presidente da Câmara. Portanto, não tem esse direito. Lamento que tenha feito essa afirmação e que, também, tenha invocado o nome do Senhor Fernando Tavares Pereira, que é um empresário que todos, com certeza, respeitamos e que, obviamente, na sua ausência, não é correto estar a falar no nome dessas pessoas. Por tudo isso, deixar esta nota. Deixar este registo e lamentar, realmente, esse tipo de afirmações. Quanto ao resto nem sequer me pronuncio".

Nada mais havendo a acrescentar, passou a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para tecerem as considerações que entenderem efetuar.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

No uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz apresentou os habituais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e técnicas afetas ao secretariado.

Iniciou a sua intervenção, fazendo menção ao regresso das aulas para o 11.º e 12.º anos, a partir do próximo dia 18 de maio, tutelado pelo Agrupamento de Escolas de Tábua e pelo Ministério da Educação.

Neste sentido, deu nota que estão a ser articulados os horários de transportes para os alunos que regressam às aulas, estando o Agrupamento de Escolas de Tábua, face ao que tem transmitido nas reuniões realizadas sobre esta



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

temática, também a cumprir as diretrizes emanadas pelo Ministério de Educação, nomeadamente, a reestruturação dos horários, divisão por turmas e por espaços, salas e blocos, para que, no referido dia 18, tudo possa decorrer em conformidade.

Neste âmbito, informou, igualmente, que as Forças Armadas efetuaram um ação de sensibilização sobre as metodologias de limpeza e de execução relativamente ao espaço escolar, coordenada pela DGEst e considerando que além da escola estar limpa e não se ter verificado nenhum caso de contágio pelo Covid, entenderam ser desnecessário fazer a desinfeção do referido espaço.

Ainda sobre esta pandemia, esclareceu que foi solicitada ao Agrupamento de Escolas de Tábua, uma listagem de todos os elementos que estivessem interessados em ser testados, antes do início das aulas, pelo que, no próximo dia 15 de maio, os Serviços da Proteção Civil, em colaboração com o UCC Pedra da Sé, irão fazer os testes.

Em sede de Educação, mais concretamente, no que concerne aquilo que é a responsabilidade direta da Câmara, e para que os Senhores Vereadores possam estar ao corrente de tudo o que tem sido feito, deu nota que, no passado dia 12 de maio, terminou a entrega de todos os equipamentos informáticos, facto que regista com muito agrado.

Neste contexto e, não querendo fazer comparações com outros Municípios, observou que *“fizemos um bom trabalho, tanto é que nos outros Municípios ainda andam a distribuir e outros que, ainda, nem sequer entregaram. Portanto, sobre os equipamentos informáticos, estão todos entregues a todos os alunos indicados pelo Agrupamento de Escolas de Tábua, após levantamento das necessidades efetuadas via diretores de turma e professores titulares, como aqui já foi dito, e podemos dizer com todo o agrado e satisfação que, efetivamente, não há essas diferenças, ou as diferenças que existem do estudo em casa, serão mínimas, pelo menos, por falta de acessos à internet ou por falta de computadores portáteis, daqueles que foram contemplados com os mesmos”*.



CÂMARA MUNICIPAL

Também, no âmbito das obrigações das autarquias e como já foi referido várias vezes, noutras reuniões, fez menção às refeições escolares, designadamente, à forma como estão a ser disponibilizadas, dando nota, neste contexto, que foram distribuídos, também, por todos os alunos, de acordo com as listagens do Agrupamento de Escolas de Tábua, 175 cabazes alimentares.

Deu, igualmente nota, que desde o dia 2 de abril e até ao dia 12 de maio, a Câmara, já fez 62 entregas de documentos necessários ao estudo dos alunos que estão em casa, sempre em articulação com o Agrupamento de Escolas de Tábua que envia os ficheiros para serem impressos.

Ainda, na área da Educação, informou que toda a logística inerente à reabertura dos jardins-de-infância, programada para dia 1 de junho, está a ser preparada com a Educadora Maria do Carmo, responsável do Agrupamento de Escolas de Tábua nesta matéria, incluindo a questão dos transportes, bem como o número de refeições a servir no referido dia, uma vez ser o "Dia Mundial da Criança".

Quanto à desinfeção das instalações dos mesmos, esclareceu que a mesma ocorreu na altura em que foram encerrados.

Seguidamente, abordou uma situação delicada que envolve a encarregada de educação, Rita Brás, pedindo uma vez mais, ao Senhor Vereador, Carlos Santos serenidade em algumas intervenções que faz, designadamente, no Facebook, que como sabe *"os tempos são delicados e, às vezes, temos que evitar alguns comentários mais públicos. Mas se tiver alguma questão sobre as situações que despoletou no Facebook com esta encarregada de educação, podemos chamar alguma Técnica da Educação para explicar ou analisar documentos que aqui trago, depois da sua intervenção, para que não haja nenhuma dúvida sobre aquilo que é o funcionamento dos Serviços da Educação no Município de Tábua"*.

No que respeita ao Protocolo assinado com a AIRV, sobre o qual o Senhor Presidente já deu nota, destacou a importância que o mesmo tem, *"não só no momento em que vivemos, mas também, de forma global tendo em consideração o apoio que irão dar, também, ao comércio local e a todas as empresas"*.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o Mercado Municipal e sendo um assunto que consta da Ordem de Trabalhos da presente reunião, referiu a necessidade das adaptações que se pretendem sejam efetuadas para o futuro, acrescentando ao que foi dito pelo Senhor Presidente, quanto ao número de pessoas que por ali passaram aquando da sua reabertura, que no passado domingo, se registou a passagem, pelo mesmo, de 507 pessoas no exterior e 807 no interior, com cumprimento das regras estabelecidas para o seu funcionamento, tendo sido distribuídas mais de 500 máscaras aos clientes da referida infraestrutura municipal.

Neste contexto, referiu que, também, está a ser ponderada a abertura da Feira Mensal, no mês de junho, mediante indicações do Governo e Direção Geral de Saúde.

Ainda, no âmbito, do Covid, deu nota que o Município de Tábua, em colaboração com a ADI, fez a entrega de Kits ao Comércio Local nos dias 5, 7 e 12 de maio, a todos os estabelecimentos que estivessem abertos, na Vila de Tábua, tendo sido, igualmente, entregues numa segunda fase Kits nos estabelecimentos fora da sede do concelho, designadamente, em Candosa, Covas e Vila Nova de Oliveirinha, Midões e Póvoa de Midões, faltando ainda entregar aos restantes estabelecimentos do Concelho.

Antes de finalizar a sua intervenção, deu os parabéns ao Senhor Presidente pela intervenção que fez sobre o EcoBeirão e *"reforçar o seu papel no desempenho, não só nesta, mas também no Planalto Beirão, que como todos sabemos e percebemos a dimensão destas entidades e o papel preponderante que têm tido no nosso Concelho"*.

Para terminar, deu nota que no dia 12 de maio foi o dia Internacional do Enfermeiro e, portanto, desejar a todos os enfermeiros mas, também, aos profissionais de saúde e elementos das IPSS, *"força para que continuem a lutar, para vencermos esta pandemia"*.



CÂMARA MUNICIPAL

Interveio, novamente, o Senhor Presidente da Câmara referindo que: "Na última reunião de Câmara que, ainda, não foi publicada, aguardando pelo assunto que referi anteriormente, relativamente à intervenção do Senhor Carlos Santos e depois desta reunião, independentemente do que se passar, será objeto de publicação.

A outra situação é referente ao Camião da Esperança, que estava previsto passar por Tábua no dia de amanhã. Contactamos os responsáveis, estava tudo acordado, hotel e refeições para 13 pessoas, espaço para fazer os testes junto ao Pavilhão Multiusos, com acesso às casas de banho. Estava prevista a realização de 160 testes a bombeiros, profissionais de saúde, funcionários das escolas e algumas IPSS. Foram pedidas as prescrições médicas e o Centro de Saúde iria contactar a ARS. O Dr. Avelino do ACES admitiu essa possibilidade mas, entretanto, disse que não se justificava uma vez que Tábua conta com cerca de 750 testes realizados, 500 adquiridos pelo município e 250 assumidos pela Administração Regional de Saúde e pela Segurança Social. Dizer, também, que esses testes que foram prescritos pela Administração Regional de Saúde e todos os que forem precisos, não haverá qualquer impedimento nessa prescrição. Dizer, igualmente, que os funcionários das Creche da Santa Casa da Misericórdia e do Centro Social de Midões, que têm várias valências, foram todos testados por conta e da responsabilidade da Segurança Social que assumiu os encargos inerentes a todos os testes.

A ARS declarou que o trabalho feito em Tábua estava a ser muito bem organizado e coordenado e que estão disponíveis para realizar o trabalho que poderá ter de ser feito no futuro. Por isso, não havia necessidade, neste momento, de estar a fazer testes numa fase em que as coisas estão calmas, sem nenhum caso novo em Tábua há cerca de três semanas, estando a maioria dos casos apurados".

Dar nota, também, que "fui questionado sobre essa situação, como é que estando já as pessoas recuperadas continuavam a aparecer no mapa da DGS? Claro que os casos reportados correspondem à totalidade de casos de pessoas que foram infetadas, não às pessoas infetadas, no momento. Esclarecer que esses casos nunca



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

vão ser anulados. Contudo, temos dados de pessoas recuperadas, diariamente, o que é muito bom e, se tudo correr bem, poderemos dentro de alguns dias ou semanas ter praticamente todos os casos recuperados. E, por isso, a ARS veio justificar que os testes que estavam a ser feitos da responsabilidade do Centro de Saúde, ACEs e em conjunto com o Município e aqueles que a ARS estava a assumir, ao contrário de outros concelhos onde não tinham sido feitos os testes que tinham sido feitos aqui que, eventualmente, se poderia justificar e, que, portanto em Tábua não faria sentido. Temos de respeitar as decisões, até porque as prescrições médicas quem tinha que as emitir era a ARS e não Município, daí a razão para o camião não vir”.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.^a SILVIA FERREIRA:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, usou da palavra a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira, dando nota que já recebeu do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IRHU), o contrato assinado pelos mesmos.

Neste sentido, deu igualmente nota, que na presente data foi dado início ao procedimento de contratação, com a empresa “Lugar do Plano”, para executar o documento designado de Estratégia Local de Habitação, necessário para perceber o diagnóstico global do Parque Habitacional existente no concelho, as soluções a implementar e o que se pode fazer a nível da habitação no concelho.

Terminou a sua intervenção, informando que, no passado dia 7 de maio, esteve no Agrupamento de Escolas de Tábua, com o restante executivo, para participar no ato de cedência dos equipamentos informáticos, a título de empréstimo, a alunos do Concelho, bem como na verificação dos cabazes alimentares que vão ser atribuídos aos alunos do Escalão A da educação pré-escolar, do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e do secundário.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

O Senhor Vereador, Dr. António Oliveira após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião, iniciou a sua intervenção fazendo um balanço da situação relativamente ao Covid, que tal como foi dito pelo Senhor Presidente *"estamos num processo de desconfinamento gradual e com muita precaução como se exige do funcionamento dos espaços públicos, nomeadamente, da Câmara Municipal e das outras infraestruturas, como sejam, Biblioteca, Centro Cultural, implementando todas as regras que a própria DGS emana para o assunto"*.

Como forma de mitigação ao problema, referiu que *"continuamos empenhados em apoiar todas as instituições. Há dois meses que o fazemos, encontrando-se elas mesmas a cumprir os seus planos de desconfinamento"*.

Neste contexto e como é do conhecimento público, os lares já vão poder receber, a partir de segunda-feira, os familiares dos utentes, pelo que estão a ser acompanhadas algumas medidas, designadamente, no que respeita ao equipamento proteção individual por forma a minimizar o risco de levar o problema para dentro destas instalações.

Referiu, igualmente, que sempre que uma equipa entra é feito o teste de rastreio, desde que seja solicitado, estando tudo a decorrer pelo melhor.

Efetivamente, explicou *"alguns dos testes têm dado obrigatoriedade de fazer os testes de zaragatoa. Num universo de cerca de 550 testes realizados pelo Município, cerca de 20 pessoas tiveram de realizar o teste de zaragatoa e, até ao momento, deram todos negativos"*.

Na área da educação, como o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz já teve oportunidade de referir, a escola vai reabrir e portanto vão ser efetuados testes a cerca de 20 colaboradores, nomeadamente, a professores, durante o dia de amanhã, minimizando assim o risco de contágio no regresso às aulas.

De igual modo, deu nota que no dia de hoje, à tarde, realizar-se-ão testes aos bombeiros, considerando que o dispositivo de combate aos incêndios rurais arranca



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

no dia 15 de maio, com as equipas de combate aos incêndios florestais, durante 24 horas e os corpos de bombeiros vão possuir equipas de combate aos incêndios, constituídas por elementos dos bombeiros voluntários que estarão disponíveis durante a noite, fins-de-semana e férias e que têm estado ausentes do serviço. Por isso, como esclareceu " *de acordo com o plano de contingência dos corpos de bombeiros, vão ser testados, mitigando e minimizando os riscos, para averiguar se, efetivamente, os bombeiros estão em condições e não levam o problema, também, para o corpo bombeiros. Portanto, tudo está a funcionar com o apoio respetivo do responsável de Saúde Pública do Centro de Saúde, nomeadamente, do enfermeiro Coimbra que tem andado, diariamente, a fazer testes com os nossos elementos do Serviço Municipal de Proteção Civil*".

Partilhou, ainda, que a aquisição e angariação de equipamento necessário, a nível de proteção, tem sido difícil, contudo, como deu nota "*neste momento, posso garantir que temos uma reserva estratégica Municipal acautelada, para mais um mês ou dois (...), sabemos que depois sujeitamo-nos a ter que ficar com o material em stock por utilizar, mas preferimos correr esse risco e depois ficar com ele e guardá-lo do que faltar. Resumindo, mais uma vez, foram muitas as medidas implementadas até hoje. Vou referir aqui muito rapidamente aquelas que fizemos: equipas de apoio social, chamadas "Vamos por si" e que vão continuar a funcionar; foi reforçada a Loja Social, a nível dos alimentos e da parte do vestuário, tanto para as casas, como para as pessoas, para as crianças; entrega dos cabazes aos alunos da escola, como já foi referido; entrega dos computadores; o envio por correio de máscaras e luvas a toda a população; o kit do Comércio: EPI distribuído a todas as IPSS, Juntas de Freguesia, Bombeiros, GNR e Centro de Saúde; testes de rastreio; recolha seletiva do lixo às famílias que tiveram pessoas contaminadas com o Covid. Nesta fase temos uma estratégia bem implementada e asseguro que é uma estratégia para continuar a manter até que a Direção-Geral de Saúde diga que não é necessário*".

Terminou a sua intervenção, informando que estão praticamente concluídas as obras de requalificação efetuadas numa habitação, sita em Ázere, no âmbito do



CÂMARA MUNICIPAL

apoio social concedido pelo Executivo à família de uma senhora que tinha tido um AVC e que ficou em cadeira de rodas.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

No uso da palavra e após apresentação dos habituais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e equipa de apoio das reuniões da Câmara presentes, interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins, que no uso da palavra e no âmbito da pandemia Covid, disse esperar que todos e respetivos familiares estejam a passar esta fase com saúde e que assim continuem.

Seguidamente, fez a leitura da sua intervenção, cujo teor se transcreve:

- *“ Tendo o Sr. Presidente afirmado em reunião de câmara que o investimento que não foi feito na FACIT, que se realizaria em finais de junho deste ano, iria ser utilizado no âmbito das medidas de combate à pandemia com que nos debatemos, perguntamos: - Sendo o valor médio investido na FACIT, diretamente pelo município, nos 3 últimos anos, na ordem dos 70.000,00€ perguntamos, uma vez mais, quanto já foi despendido com as medidas de mitigação aos efeitos do Covid?*
- *Perguntamos, ainda, se a Câmara prevê a alocação de alguma parte desta verba para apoio às empresas, que vá para além da suspensão de pagamento das taxas e rendas já aqui aprovada?*
- *A este respeito, do apoio às empresas, achamos que o Senhor Presidente deveria ir mais longe e considerar a possibilidade de o município reduzir ou isentar as empresas do pagamento da derrama. Sabemos que as empresas de menor dimensão já estão dispensadas desse pagamento. Apesar disso, consideramos que seria uma boa iniciativa de auxílio a empresas que serão as mais empregadoras, contribuindo assim para a manutenção dos postos de trabalho.*
- *Sabendo que o município arrecada com este imposto valores na ordem dos 200.000,00€ vemos como viável esta medida, sem que as contas do município saiam lesadas, claro, mediante a adoção de critérios a definir.*



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Ora, voltando ainda às contas da FACIT, se o município se propõe despende 70.000,00€, valor este que não foi gasto com o certame, porque não o município propor que a ADI tome a mesma iniciativa? Lembramos a este respeito que a ADI despendeu, em média, valores anuais na ordem dos 45.000,00€ ao longo dos últimos 3 anos, valores que não serão utilizados este ano, pelo que, nos parece lógico, que pudessem ser alocados para benefício dos tabuenses e das empresas de Tábua, minimizando as consequências da pandemia e reforçando os apoios do governo.

- Ainda sem sair deste tema da crise causada pela pandemia, perguntamos ao Senhor Presidente como está o prometido apoio aos munícipes relativo à água, águas residuais e resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, no que respeita à possibilidade de acesso a tarifários sociais e outras medidas, para as famílias com dificuldades económicas em consequência desta pandemia.

Bem... mudando ligeiramente de assunto vou ter que trazer aqui uma matéria que o Senhor Presidente já deve imaginar que eu a traga, porque é uma questão cíclica à qual o Senhor Presidente responde sempre desvalorizando-a. Este assunto, Senhor Presidente, diz respeito ao **prazo médio de pagamentos**.

Senhor Presidente, alcançámos o desonroso 6.º lugar a nível nacional, no que diz respeito ao prazo médio de pagamentos a fornecedores. O mesmo é dizer que há 5 Câmaras, apenas em Portugal, que se atrasam mais a pagar que a nossa - 263 dias é a demora média que o município leva a pagar aos seus fornecedores.

Se analisarmos o que se passou no ano 2019, constatamos que foi sempre a subir de trimestre para trimestre. Se em 31 de dezembro de 2018 estávamos a demorar a pagar 146 dias (em 31/12 de 2017 era de 131 dias), em março demorávamos 153, em junho 161, em setembro 175, para darmos este salto para 253 dias em dezembro. O Senhor Presidente terá uma explicação para isto e vai certamente dá-la aqui para que todos a conheçamos, mas seja qual for essa explicação este indicador continua a preocupar-nos sobejamente.



CÂMARA MUNICIPAL

Permita-nos, por exemplo, fazer o seguinte exercício: se em 30 de setembro havia um atraso nos pagamentos de quase seis meses e se três meses depois esse atraso passou para quase 9 meses (menos 12 dias de diferença) o mesmo é dizer, grosso modo, que não se fizeram pagamentos no último trimestre.

Senhor Presidente sabemos que o Senhor vai dizer que este valor vai diminuir e que foi por causa das obras e... tal. Esperamos, mesmo, que diminua e, isso, vai ver-se pelos resultados do final de março. Sabendo nós que esta dívida é um empréstimo que o município tem contraído aos fornecedores, fornecedores estes que estarão a passar por momentos de grandes tribulações, urge mais do que nunca que o Senhor Presidente já tenha dado ordens de pagamento, sob pena de estarmos a contribuir sobremaneira para o afundar de muitas empresas da nossa terra e não só.

Posto isto, precisamos que o Senhor Presidente, para além da justificação para este descalabro ocorrido no final do ano, nos descanse, com os valores que, certamente, terá presentes relativos ao final do 1.º trimestre de 2020, valores esses que já têm refletido as retribuições feitas às empresas e que muito as terão ajudado a manterem-se no ativo neste período de tantas dificuldades.

Questionou, ainda, "quanto era despendido pelo município como contribuição anual para a Associação Empresarial da Região de Viseu, uma vez ter falado, na reunião em que foi apresentada esta parceria, que os valores envolvidos eram exagerados, tendo o Senhor Presidente dito, na altura, que efetivamente eram altos pelo que seria pedida uma revisão".

Sobre as questões colocadas usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo quanto ao investimento da FACIT que importa, até ao momento, em 82.256,45 € e que é, realmente, um investimento muito significativo.

Quanto ao apoio às empresas explicou "que há apoios que são definidos pelo Estado e há verbas que vêm da Comissão Europeia. As pessoas podem fazer as suas candidaturas e se depois verificarmos que há alguma situação específica podemos ponderar isenções nas esplanadas e podemos apoiar outras iniciativas, mas, julgo que esses apoios já têm estado a ser pagos. Os empresários de Tábua



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

têm estado a receber esses dinheiros. Portanto, têm sido pagos através do Ministério do Trabalho e da Segurança Social".

No que respeita à derrama, dizer que, "a derrama é aprovada no ano anterior para produzir efeitos no ano seguinte. Portanto, mesmo que agora tomássemos uma decisão, a derrama só poderia produzir efeitos no apuramento das contas 2020, nunca de 2019, que é a derrama que vai ser paga agora e essa deliberação terá que ser tomada, em princípio, na Assembleia Municipal de setembro e por isso, não é uma situação que possamos tomar de ânimo leve de um dia para o outro".

Relativamente às águas residuais e resíduos sólidos urbanos esclareceu, de acordo com o que foi decidido e que foi aprovado, que "isso tem um período de aplicação temporal que obedece a critérios, em que, efetivamente, as pessoas que tiveram perda de rendimentos têm que fazer o requerimento e dirigir-se aos serviços, pelo que estamos a aguardar a verificação das situações em que isso se pode aplicar. De qualquer modo, aquilo que eu tinha dito mantém-se. Se alguém não efetuar qualquer pagamento de fatura não vai ficar impedido de ter o serviço, pelo menos, até setembro, sem apurar realmente o que é que se vai fazer. Obviamente, que isso se reflete nos regulamentos que tem a ver com o número de pessoas e também com os tarifários sociais. Aliás, houve muitos municípios a atribuir isenções e reduções e, entretanto, veio a ERSAR dizer que esse tipo de isenções reduções, são claramente ilegais porque não foram sujeitos a parecer da entidade competente, a ERSAR, sendo que esse parecer é vinculativo, relativamente aos tarifários. Portanto, já notificaram todos os municípios há cerca de duas semanas, nesse sentido. Posso fazer-vos chegar esse parecer da ERSAR que alerta para a responsabilidade, no caso das isenções cegas, alerta para as questões das responsabilidades dos políticos que tomaram essas decisões e o impacto tarifário que isso possa ter. E não tenho qualquer dúvida que, se os incêndios de 2017 foram auditados pelo Tribunal de Contas e ainda continuam a ser auditados, esta área será muito mais auditada e muito mais rigorosa".



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente ao prazo médio pagamento, confessou concordar inteiramente com a intervenção do Sr. Vereador, dando, como referiu *"a impressão que o Município não pagou rigorosamente nada no último trimestre. Não entendo, não consigo perceber como é que um Município que deduz 1,2 milhões de euros, salvo erro, na dívida de um ano para o outro, como é que chegam àqueles prazos? Eu próprio questionei o revisor Oficial de Contas, questionei as técnicas da Contabilidade e têm estado a fazer contas. Aquilo que me diz o revisor Oficial de Contas é que estes números se costumam alterar na prestação de contas. Aliás, nós tivemos um ano, em que estava o Dr. Nuno Abranches Pinto e a Dra. Maria do Rosário, em que nós tivemos uma redução. Nós tínhamos um prazo de 107 dias ou 117 dias, e houve uma redução com a aprovação de contas de mais de 40 dias, a menos, no prazo médio de pagamento. Portanto, não sei como é que eles fizeram aquele cálculo.(...) quando nós reduzimos o endividamento, reduzimos os pagamentos e como é que as coisas disparam daquela forma? Só há uma justificação e que se prende com a atualização do património"*.

Neste contexto, clarificou que *"as obras só são lançadas no final do ano e se uma obra de um milhão de euros não estiver encerrada, não conta para o valor que depois vai servir de base ao cálculo do prazo médio de pagamento, que só se apura depois na prestação de contas. Tivemos uma reunião com o Revisor Oficial de Contas e a Dra. Sofia pode confirmar isso, tendo-nos sido dito que poderia ser por aí, situação que iam verificar e que tínhamos que aferir isso na prestação de contas e é aquilo que se está a fazer agora"*.

Quanto ao primeiro trimestre, disse que *"continuamos a reduzir o valor a fornecedores de forma significativa e, ainda, não há publicada nenhuma ficha dos municípios referente ao primeiro trimestre que, em princípio a partir do dia 10 de abril, deveria estar disponível no programa da DGAL mas, pelo menos, até à data de ontem nada foi disponibilizado. Também não entendo porquê"*.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Sobre a questão inerente ao valor a pagar pelo Município à Associação Empresarial da Região de Viseu - AIRV, esclareceu que o mesmo sofreu uma redução em cerca 3.600 euros.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Interveio o Senhor Vereador, Carlos Santos apresentando cumprimentos aos elementos do Executivo e técnicas do Secretariado presentes na reunião.

No uso da palavra e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu *“Começando por aquilo que V.Ex.^a me chamou à atenção, devo dizer que não sinto que tenha cometido um crime. Aquilo que eu falei e o Senhor Presidente acabou por falar, que em 2017 as contas não foram votadas. (...). Se o Senhor acha que é um assunto para a barra criminal, aliás os tribunais foram feitos para os homens e não para não terem serviço. Em relação à família, esclarecer o seguinte: «nós defendemos muito a questão do interior, mas o que eu lhe disse é que eu tinha muito orgulho de nunca ter saído do interior e ter arranjado trabalho para os meus filhos, com as mãos, e disse-lhe até que nunca fui funcionário público, nem nunca recebi apoios». E, aqui, foi o que eu quis dizer, pura e simplesmente. Não o quis ofender. Cada um é o que é. Quis-lhe demonstrar a minha lisura depois de ter sido atacado conforme fui. E, nestes pontos termino, porque acho que não vale a pena continuar mais. O Senhor fará o que entender, mas não acho que, politicamente, tenha nada a retratar”*.

Continuou, esclarecendo *“Em relação ao Senhor Fernando Tavares Pereira, disse-lhe a ele que se o Senhor tinha problemas com ele que falasse com ele, que não vinha mandado. Aliás, nos últimos dias, fiz uma pesquisa e, afinal, esse vício já vem de longe. Já ao Dr. Abranches Pinto disse: «os Senhores vêm para aqui mandados». Percebi que é uma forma de o Senhor se defender. Eu levava a mal quando o Senhor dizia isso mas, afinal, eu não sei quem é que mandava no*



CÂMARA MUNICIPAL

Abranches Pinto, penso que é uma forma que tem de se defender, mas não quero entrar por aí".

Seguidamente, solicitou esclarecimentos sobre o material de proteção que foi distribuído aos Tabuenses, dentro de um envelope, duas máscaras e um par de luvas, designadamente, " *Quem embalou? Em que condições foram embaladas e qual é o certificado daquilo?* Porque, na sua ótica, " *há certas coisas que nós temos que ter muito cuidado, como são feitas. E uma máscara, que não sei de que material é, misturada com luvas não me parece bem. Mas, isto é uma crítica que faço e não a fiz publicamente, poderia ter matéria para isso porque tenho conhecimentos para isso (...) Nestas coisas, eu costumo dizer, que muitas cabeças a pensar, as ideias saem mais claras e será muito melhor*".

Quanto ao camião que foi suspenso, disse não estar a entender uma questão que passou a explicar " *Se nós temos montes testes para fazer, como o Senhor Vereador disse. O Senhor Presidente tem a certeza que a ARS, se negou a passar ou não quis que o camião viesse a Tábua? Aquilo é um programa com a TVI, com a Rádio Comercial, com a Galp, com a ARS Centro e com a ARS Norte. E eu gostava, nesse sentido, de ser esclarecido do que, realmente, se passou. Quem é que, realmente, não quis que o camião passasse?*".

Ainda no uso da palavra, questionou " *se é ou não verdade, o que Senhor Presidente disse há 3 semanas, que não há casos? A informação que me chegou aos ouvidos por familiares, e vale o que vale, é que apareceram três ou quatro casos de funcionários na IPSS Sarah Beirão. Não sei se é verdade ou se não é*".

Por fim, dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz para clarificar que " *ao comentar aquilo, que achei estranho, não desacreditei na Câmara, porque acredito plenamente e achei que, no meio daquela conversa, todos diziam precisamente para ela ver bem o que estava a ser faturado. E eu perguntei: «ok se tem documentos eu levo»*. Até acabou por ela ser indelicada comigo e chegou-se à conclusão e, concordo com o comentário que lá foi colocado, que ela estava a confundir. É que às vezes as pessoas atrasam-se a pagar as faturas e quando



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

aparece o segundo aviso ou quando aparecem para pagar, não se olha para as datas, está-se a pagar janeiro e pensa-se que está a pagar fevereiro. Foi, nesse sentido, que eu fiz o comentário e no sentido de apurar as coisas".

[Handwritten signature and initials in blue ink]

No que concerne à retratação sugerida ao Senhor Vereador, Carlos dos Santos, interveio o Senhor Presidente da Câmara para "esclarecer, mais uma vez, que aquilo que o Senhor afirmou nessa reunião, e que está gravado, é que eu há vários anos não prestava contas aos Associados e aos Bombeiros. E, isso é falso. Completamente falso. As contas foram sempre apresentadas e prestadas e foram aprovadas, à exceção dessa de 2017, por proposta da Direção e na sequência de uma auditoria pedida pela Direção que foi objeto de análise em Assembleia Geral. Mas a Direção propôs em Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal que não aprovasse a conta, uma vez que havia uma investigação a decorrer. E, isso não pode pôr em causa nem a minha honra, nem a minha honestidade, a minha e a dos meus colegas de Direção, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal e, inclusivamente da Assembleia-Geral. Portanto, o Senhor tem que ter cuidado com as suas palavras e quero dizer que essa participação criminal, essa ação contra o Senhor vai avançar e que vão ser indicados como testemunhas nesse processo, todos os Senhores Vereadores, inclusive a Dr. Sofia e a D. Maria José que, também, assistiram à reunião".

Quanto à Fundação Sarah Beirão, esclareceu que "houve um caso na Sarah Beirão de uma utente da Sarah Beirão, que foi fazer um tratamento de hemodiálise a uma clínica em Viseu, salvo erro, e que quando estava a chegar a Tábua, é alertada a instituição de que a mesma teria estado em contacto com uma pessoa infetada e que teriam de fazer o isolamento dessa Senhora. A Senhora chegou à Fundação e o isolamento foi feito. Esteve numas instalações anexas à Fundação, tendo reclamado, várias vezes, para a GNR e chamado por duas vezes, o INEM, invocando que estava a ser maltratada na Fundação e porque não estava dentro da instituição, como as outras pessoas e que achava que estava a ser penalizada por isso. Esteve lá uma série de dias e, o que é certo, em boas condições, por ser um quarto usado por um



CÂMARA MUNICIPAL

Diretor, nos dias em que não podia ir dormir a casa. Houve todo o cuidado por parte dos colaboradores da instituição, dos enfermeiros e de toda a gente. Essa Senhora, 12 ou 13 dias depois, começa com problemas, vai para Coimbra, fez o teste e deu positivo. Entretanto, a Senhora está curada e já está na Fundação, de novo, e mais ninguém foi infetado naquela instituição. Repetir que a Senhora não foi infetada dentro da própria instituição, mas foi na sequência deste tratamento. Portanto, julgo ter esclarecido isso, de uma vez por todas. Não há mais ninguém e, felizmente, não têm havido casos novos no nosso concelho".

Relativamente ao camião, clarificou "que aquilo que foi pedido foram as credenciais e, entretanto, o Dr. Avelino, do ACES, na sequência daquilo que foi tratado com a ARS, inicialmente informou que se podiam emitir as credenciais e depois enviou informação por escrito que não iam emitir as credenciais dado o trabalho que estava a ser feito e que não se justificavam testes adicionais. Portanto, da nossa parte tínhamos, apenas, que assumir umas dormidas, umas refeições, estava tudo tratado e amanhã tínhamos cá o carro".

Face ao exposto, o Senhor Vereador, Carlos Santos, questionou: "Não é o Médico do Centro de Saúde que tem ou não poderes para passar as credenciais que achar necessário?"

Ao questionado o Senhor Presidente da Câmara, respondeu " É, sem dúvida. Mas o médico não vai passar 200 credenciais por iniciativa própria. Estamos a falar de 87, 57 €, por teste, vezes 200 e o médico do Centro de Saúde entende que deve consultar outra entidade num caso destes. Portanto, foi o que aconteceu".

Perante a resposta dada o Senhor Vereador, questionou: "Neste momento quem é que deu a ordem foi a ARS ou foi o ACES?", ao que o Senhor Presidente respondeu: "São a mesma entidade. A informação que nós tivemos com o Dr. Queimadela Batista e com o Dr. Daniel, aqui, na Câmara Municipal, na sequência dessa decisão do ACES, foi que não iriam emitir as credenciais dado o trabalho que estava a ser feito, que não se justificava e que por isso o Dr. Daniel não poderia emitir



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

essas credenciais, como já referi, dado que o Dr. Avelino, de acordo com a decisão da ARS, já tinha comunicado isso".

Dando continuidade ao assunto, o Senhor Vereador, Carlos Santos observou que " Aqui, no nosso concelho vizinho, a Câmara investiu muito, em testes, tal como a Câmara de Tábua e penso que, também, estão a fazer um bom trabalho. Segundo dizem vocês, a ARS disponibilizou para Oliveira do Hospital, ontem, um circuito de testes diários, têm uma série de coisas que nós não temos, designadamente, o que está lá instalado".

Face ao exposto, o Senhor Presidente esclareceu que os testes referidos são efetuados em Oliveira do Hospital, pelo que as pessoas de Tábua terão de deslocar-se lá, considerando que o espaço, onde os mesmos são efetuados, "é para a região".

Relativamente a este esclarecimento, o Senhor Vereador, Carlos Santos retorquiu "Sim é para a região. Então, porque é que para Oliveira existiu tudo e para nós não existiu? E, como acabou de falar o Senhor Vereador, há uma data de testes que têm de ser feitos e que vai ser, possivelmente, o Município a pagar a despesa. E, eu pergunto: Porque é que não houve aqui um braço de ferro mais forte, porque a gente não sabe quando é que isto vai acabar, de aproveitarmos esta operação para pôr tudo em dia? Até porque se prevê que, na próxima segunda-feira, a economia vai abrir ainda mais. E, é nesse sentido que, eu acho que às vezes, é preciso ter um braço de ferro, por mais que sejamos mal interpretados. Agora, mete-me espécie, sinceramente, e desculpem-me, não quero desconfiar de ninguém e muito menos do Senhor Presidente, é que sendo a ARS fomentadora deste carro, inclusive foram dispensar testes a Évora e a outras áreas de intervenção de outras ARS's, aqui tenha atuado desta forma. Eu, sinceramente, tenho algumas dúvidas deste processo, só mais nada".

Usou da palavra, o Senhor Presidente, acrescentando o seguinte, à questão exposta: "eu com a ARS, até hoje, não tive qualquer problema e quero-lhe dizer que quando surgiu o caso na Unidade de Cuidados Continuados e, já disse isto numa reunião, no dia em que se soube que havia uma pessoa positiva, que tinha sido



CÂMARA MUNICIPAL

transportada para Coimbra, que estava internada e que havia mais casos suspeitos, esse assunto começou a ser tratada às 8h00 da noite e às 8h00 da manhã estava uma equipa do INEM a fazer umas dezenas de testes naquela Unidade, a funcionários, a profissionais de saúde e a utentes. A ARS sempre assumiu tudo. Portanto, face a uma situação destas não é a Câmara que pode emitir prescrições. A ARS entendeu que não o devia fazer, vieram aqui dois médicos justificar que não o poderiam fazer, dado o trabalho que estava a ser feito, Esse trabalho que está a ser feito em Oliveira do Hospital, onde é feita a recolha, é um espaço criado para a região, uma infraestrutura criada para a região. E, por isso, havendo uma resposta dessas, havendo a garantia que iriam fazer todos os testes que fossem precisos, tendo já feito, inclusive, pela Segurança Social, os testes a funcionários da creche da Santa Casa da Misericórdia e do Centro Social de Midões, a pedido do município, até a própria DGAL pediu a listagem dos profissionais do jardim-de-infância para realizar os testes, também, por conta da Segurança Social, entendeu a ARS não emitir as credenciais, dado o trabalho, continuo a dizer, que estava a ser feito em Tábua. E, dizer que Tábua já teve muitos mais testes da ARS do que os concelhos todos limítrofes. Dizer que só tive que respeitar a decisão da ARS, mais nada. Se o Senhor tiver mais dúvidas esclareça com quem entender".

Sobre os esclarecimentos prestados, o Senhor Vereador, Carlos Santos, observou "Um concelho com dois tipos de despistagem e depois corta noutro, não faz sentido. Por isso, eu pedia, em nome do PSD, que se pedisse esclarecimentos à ARS. Porque eu penso que, numa altura destas, em que vamos retomar, ainda mais, a economia na próxima semana, parece-me que isto é um tiro no pé".

Interveio, novamente, o Senhor Presidente explicando o seguinte: "Senhor Vereador fazer 200 testes hoje ou amanhã, daqui a 8 dias podem estar todos desatualizados, como o Senhor sabe. E, por essa razão, havendo o compromisso da ARS de realizar todos os testes que forem necessários, e já ter realizado mais 250 testes, quero dizer que eu não tenho legitimidade para impor nada a ninguém, nem o poderia fazer. Isso são competências próprias de outras entidades e quer do



CÂMARA MUNICIPAL

Centro de Saúde, quer do ACES, quer da ARS, quer do INEM, da Proteção Civil e de todas as entidades, até hoje, eu tive o apoio total. E, Tábua não se pode queixar de ter tido falta de apoio, mesmo na situação crítica que aconteceu aqui. Temos concelhos com muitos mais casos no Distrito, como é o caso de Condeixa com 150 ou 160 casos, como é Cantanhede que tem à volta de uns 70/ 80 e que não foi para lá camião nenhum. Isto para não falar de Coimbra, que tem centenas".

Por último e finalizando a sua intervenção, o Senhor Vereador, Carlos Santos questionou, ainda: " *Como é que o carro aparece, para vir a Tábua?* Tendo o Senhor Presidente respondido " *Foi a nosso pedido e foi o Dr. Ricardo que fez o contacto*".

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz que, antes de responder a algumas questões colocadas pelo Senhor Vereador, Carlos Santos lembrou, mais uma vez, que " *a pandemia não tem partidos*". Contudo, como exteriorizou " *sinto muitas vezes que as pessoas até parece que ficam felizes por haver casos,(...) quando seria ótimo que não tivéssemos casos em Tábua, assim como nos outros sítios todos, que era sinal que estava tudo bem*".

Portanto, na sua ótica, o que importa esclarecer, realmente, " *é que as pessoas não podem misturar, nem confundir aquilo que são os testes de zaragatoa e os de despistagem e, como o Senhor Presidente já aqui referiu e muito bem, o Dr. Daniel assim como o Dr. Queimadela Batista, já subscreveram o modelo que está a funcionar muito bem no nosso concelho, gerido pelo Município de Tábua, em colaboração com o UCC Pedra da Sé e pelos serviços de Proteção Civil e que está a fazer inúmeros testes de despistagem. O que é que acontece? Cada vez que há algum teste de despistagem, tem um valor que efetivamente está no protocolo, eles aconselham a fazer o de zaragatoa, e se calhar essa confusão em que as vezes existem casos ali ou aqui, em Espariz ou num sítio qualquer podem ter sido casos destes, que aconselham, a fazer testes de zaragatoa e depois tem de se aguardar pelo resultado, se é positivo ou negativo. Cabe-nos a nós, também, com tranquilidade, desmistificar esses boatos e termos ponderação nas coisas*".



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o Camião concretamente, referiu que "o Senhor Presidente foi bastante esclarecedor. O contacto partiu de nós. Fizemos um e-mail. Tínhamos tudo acertado da nossa parte. Efetivamente o Centro de Saúde disse-nos que estava tudo ok. A Câmara só tinha a ganhar com esta questão. Agora, também se compreende que, por vezes, as entidades de saúde estejam a utilizar 200, 400 testes, aqueles que forem necessários, para utiliza-los como despistagem e não em pessoas com sintomas. Também me parece que façam essa análise de os usar para os casos em que estão sinalizados e que têm indícios de Covid-19, cabendo-nos a nós, enquanto entidade pública, apelar a essa gestão".

Ainda, sobre esta temática, deu nota, que quer da Câmara, quer da ARS, "até ao momento, qualquer pessoa que tivesse sintomas foi sempre passada a credencial para a realização do teste zaragatoa e tem funcionado dentro daquilo que achamos que é muito positivo. O Senhor Presidente empenhou-se, também, muito na vinda do camião. Para mim não há assunto. Mas compreendo que às vezes se queira criar mais um caso onde não existe".

Relativamente a outros assuntos, nomeadamente, no que respeita à abertura das escolas no dia 18 de maio e à reabertura dos jardins de Infância no dia 1 de junho, já referida pelo Senhor Presidente, deu nota que foi pedido pela DGAL que profissionais do pré-escolar fossem testados, o que está ser feito pela Câmara em colaboração com o Centro de Saúde.

Relativamente às máscaras e às luvas, distribuídas pelos munícipes via correio, informou que "as máscaras são as mesmas que nós usamos e, que a embalagem estava certificada. Agora, se quiser ter um caso de "embalagem e de certificado" faça o que entender. Já percebemos que há sempre qualquer coisa que terá que tecer. Geralmente até nem se valoriza aquilo que se faz. Desvaloriza-se sempre aquilo que temos. Já percebemos que é o hábito e estratégia, tal como a questão do comentário. E, aí o que lhe peço é o seguinte: faça os comentários que entender. Sempre que a Câmara faz alguma publicação, faz sempre um comentário, é livre de o fazer, é livre de incentivar a que as pessoas, também, criem problemas



CÂMARA MUNICIPAL

e alavanquem. Da Encarregada de Educação, acho que lhe saiu o tiro pela culatra, permita-me esta expressão, porque efetivamente as pessoas responderam que não estão a cobrar nada a mais. Se quiser, repito, está aqui a prova de que a Câmara não anda a enganar, pode ter lapsos, mas, neste caso, nem lapso teve. É que, efetivamente, não foram cobradas, como não poderiam ser”.

A este reparo, o Senhor Vereador, Carlos Santos respondeu: “Foi o que lhe disse”, tendo o Senhor Vice-Presidente, ripostado “ Pois disse, mas depois de toda a gente lhe dizer que estaria enganado. Por isso, como observou “há assuntos que não devem ser tratados no facebook. E, se tiver alguma dúvida vem à Câmara, envia um e-mail, coloca diretamente a quem achar que deve, aliás, as Reuniões de Câmara são para isso, para questionar ou pedir esclarecimentos. Acho que numa situação destas, em que as pessoas andam mais sensíveis, estar constantemente a levantar problemas onde eles não existem, parece-me que não será a melhor opção”.

Por fim, usou da palavra, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira para reforçar o que já foi dito a propósito dos testes e referir que mesmo sem a vinda do Camião da Esperança, os testes continuam ser disponibilizados, explicando a tramitação dos mesmos.

Neste sentido, interveio, novamente, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz esclarecendo que “todos os testes PCR que deem positivo têm de ser confirmados pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge e inseridos numa plataforma a nível nacional. Portanto não há “manipulação” possível do número de infetados”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Usou da palavra o Senhor Vereador, Joaquim Garcia, que após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião, começou por questionar o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz quanto ao equipamento informático entregue aos alunos do concelho, uma medida que considera feliz, mas que gostaria de ser esclarecido do seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL

- *Se foi adquirido pelo município em dinheiro ou através da alternativa, leasing ou aluguer?*
- *Se o mesmo equipamento foi entregue a título definitivo ou terão que ser entregues?*

Seguidamente, chamou a atenção para o estado em que se encontram as ruas, caminhos e bermas de estrada, na freguesia de Midões, parecendo, no seu ponto de vista, *"uma terra de ninguém, sem qualquer motivo que o justifique"*. Neste sentido, perguntou, *"onde se encontra o Presidente da Junta de Freguesia e seus trabalhadores?"*

De igual modo, fez referência à Extensão de Saúde de Midões, questionando o motivo pelo qual se encontra encerrado.

Finalizou a sua intervenção, enaltecendo a Câmara por tudo o que está a ser feito para erradicar a epidemia Covid, exteriorizando que *" vamos todos acreditar que tudo vai correr bem! "*.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer no que respeita à limpeza dos locais em questão, que irá encetar as devidas com a respetiva Junta de Freguesia e perceber se precisam de apoio do município, para o efeito.

Quanto à extensão de saúde, explicou que foram decisões tomadas dentro da área do Centro de Saúde, na sequência do Covid e, provavelmente, é uma medida temporária que tiveram de tomar para reforçar as equipas no Centro de Saúde, para que tudo corra da melhor forma.

Sobre a questão dos equipamentos informáticos, já referida na última reunião, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz esclareceu que as entregas dos computadores foram efetuadas mediante as listagens de necessidades identificadas pelo Agrupamento, pertencendo uns ao Município, outros ao Agrupamento de Escolas de Tábuva, sendo que o empréstimo dos mesmos, bem como os acessos à Internet, cessam no final do ano letivo, voltando à procedência.

Neste sentido, aproveitou para dar nota que foram registados casos de sucesso, em que, efetivamente, as pessoas já não precisam e devolvem o



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

equipamento, assim como sempre que se verificam necessidades posteriores à entrega de computadores, a escola articula com o Município e procede-se à entrega. Acrescentou, ainda, que *"as pessoas têm sido bastante corretas e acho que se deveria valorizar esta medida, porque o Município de Tábua, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Tábua, fez um excelente trabalho nesta matéria" e que minimizou aquilo que é o impacto, obviamente das questões que estão deferidas no tempo*".

[Handwritten signature in blue ink]

Sobre o assunto interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins referindo que *"Ninguém põe em causa esse trabalho. Mas o que ficou por responder foi: como é que foram adquiridos esses computadores?"*

Ao questionado o Senhor Presidente da Câmara respondeu que *"os computadores foram comprados pelo município e estão cedidos temporariamente"*, tendo o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz acrescentado que *"A internet será de aluguer até ao final do ano letivo e os computadores, os que são do Município regressarão ao Município e os que são da escola serão entregues na escola"*.

Interveio, novamente, o Senhor Vereador, Dr. António Martins, perfilhando acerca desta questão dos computadores, que *"é uma área em que tenho vivenciado de perto as dificuldades das famílias e estas coisas têm que ser ditas. Eu congratulo-me com esta questão da distribuição dos computadores e foi, talvez, a única coisa que partilhei da Câmara no meu facebook, porque acho que é uma medida extraordinária, no sentido da equidade para todos os alunos. E, quando falo nos alunos, não estamos a falar dos pobrezinhos, dos coitados, porque há famílias e, mais uma vez, eu digo aqui porque sei do que falo, que não têm subsídio e vivem com mais dificuldades que as pessoas que os têm. E, nesse sentido, tudo o que seja de chegarmos a todos, acho que são medidas que devem ser aqui realçadas e direi isto por todo o lado por onde passe porque, de facto, foi uma medida muito boa por parte da Câmara para que os alunos conseguissem ter acesso às aulas de ensino à distância"*.



CÂMARA MUNICIPAL

Ainda, no uso da palavra, e desconhecendo se o Dr. Ricardo estará por dentro do assunto, questionou *“o porquê de se continuar a distribuir em suporte de papel os documentos para os alunos”*.

À questão colocada, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz esclareceu que estão em causa duas situações, ou seja, *“as fichas em papel que estão a ser distribuídas pelos técnicos das Equipas Multidisciplinares, são documentos à parte, nomeadamente, da terapia da fala e outros, havendo também fichas que um aluno que tenha em casa impressora, até imprime e faz a ficha e há os outros que não têm e, por isso, é que pedem. Portanto, há aqui um misto de acompanhamento, e embora as tecnologias permitam muita coisa mas, se se complementar com uma outra impressão, acho que resulta ainda melhor”*.

Findas as intervenções e após prestados os esclarecimentos solicitados às questões expostas, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO N.º 07/20, DE 15 DE ABRIL DE 2020.

Deliberação n.º 110 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

2. PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL PARA O ANO DE 2020/CONHECIMENTO.

Em cumprimento do estipulado no n.º 4 do artigo 35-D do Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, foi presente, para conhecimento, o Plano Operacional



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Municipal aprovado para o ano de 2020, acompanhado de um conjunto de documentos que se dão por reproduzidos.

A Câmara tomou conhecimento.

3. UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE NA REGIÃO DE COIMBRA/MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO.

Deliberação n.º 111 - Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente a minuta do Protocolo de Colaboração para Implementação do Projeto de Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra, que se dá por reproduzido, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARS Centro) e o Município de Tábua e que visa regular, entre as entidades subscritoras, a forma de utilização de uma viatura adaptada como unidade móvel de intervenção precoce, no âmbito de atividades de prestação de cuidados de saúde à respetiva população.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, concordar com a celebração do referido Protocolo, assim como com as cláusulas constantes no mesmo e cuja outorga vai ser efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, nos termos da alínea a) e b) do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 09/2020, para produção de efeitos imediatos.

4. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO/LUNA HOTELS & RESORTS.

Deliberação n.º 112 - Presente o e-mail, datado de 11 de maio em curso, da sociedade Luna Hotels & Resorts, sediada na Rua de S. Pedro, lote 29, r/chão Dt., 8200-182 Albufeira - Algarve, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência de uma giratória e dois camiões, para remoção de terras sobrantes dos arranjos exteriores (zonas verdes) do Luna Hotel de Tábua, sito na Vila de Tábua.



CÂMARA MUNICIPAL

Na sequência do pedido em questão, foi emitido pela Jurista, Alexandra Bento, em 12 de maio, o parecer constante no e-mail, que se dá por reproduzido, onde é referido que o citado pedido tem enquadramento no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio ao Investidor, designadamente, no n.º 1, alínea e), do seu artigo 3.º.

Sobre o assunto, foi, igualmente, presente a informação n.º 009/2020, do Eng.º José Lima, Chefe da DOSUA, de 12 de maio, que se dá por reproduzida, onde é apresentada a estimativa de custo global para execução dos trabalhos solicitados, no valor de 1.073,31 (mil e setenta e três euros e trinta e um cêntimos).

Considerando que a reabilitação do Hotel de Tábua é um investimento relevante para a economia local e regional, contribuindo para a diversificação do tecido empresarial, no contexto económico e social, assim como para a promoção do turismo rural, quer para o concelho de Tábua, quer para a região, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a concessão do apoio solicitado pela referida sociedade, nos termos da alínea e), n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio ao Investidor, em vigor.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 09/2020, para produção de efeitos imediatos.

5. ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL – COVID-19.

Deliberação n.º 113 - Presente a informação n.º 06/2020, de 11 de maio em curso, do Secretário de Apoio à Vereação, André Correia, que se dá por reproduzida, respeitante às Regras de Funcionamento do Mercado Municipal, implementadas no âmbito da COVID-19, que foram objeto de aprovação pela deliberação n.º 98, na Reunião do Executivo de 30 de abril findo, propondo, ao abrigo do n.º 1, do artigo 13.º-B do Decreto-Lei n.º 20/20, de 1 de maio, a alteração do artigo 2.º, com inclusão de 6 alíneas, passando o mesmo a ter a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

«(...)

Artigo 2.º

Condicionalismos de Permanência e Circulação

1. Zona interior (Talhos, Peixaria, Padarias e Pastelaria, Frutaria e Produtos Hortícolas, Enchidos e Charcutaria e Produtores Diretos):

a) Acesso limitado a 40 pessoas em simultâneo;

b) (...)

c) (...)

d) Uso obrigatório de máscaras com ou sem viseira para Comerciantes e Produtores Diretos.

2. Zona exterior (Produtores Diretos e Produtos Hortícolas):

a) Acesso limitado a 60 pessoas em simultâneo;

b) (...)

c) Uso obrigatório de máscaras com ou sem viseira para Comerciantes e Produtores Diretos;

d) Obrigatório o uso de máscaras para os clientes.

3. Restaurante e Tasquinhas:

a) (...)

b) (...)

c) Uso obrigatório de máscaras com ou sem viseiras para Comerciantes.

(...)»

Sobre o assunto o Senhor Vereador, Carlos Santos referiu ter constatado que *“o mercado estava com muita afluência, talvez pela questão das sementeiras. Gostei do que vi a cumprirem as ordens”*. No entanto, pelo que, também, se apercebeu havia cruzamentos entre as pessoas à entrada, sugerindo *“fazer-se a entrada num segmento, isto é, fazer no fundo entrada de um lado, saída do outro, de forma a evitar que a fila se cruze”*.



CÂMARA MUNICIPAL

Face ao proposto, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz informou que iria tentar agilizar algumas alterações que poderão ser efetuadas, em termos de circulação das pessoas.

Prestados os devidos esclarecimentos, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a inclusão das alíneas descritas, ao artigo 2.º das referidas Regras de Funcionamento do Mercado Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 33.º, alíneas u), ff) e bbb), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e que irão complementar o Regulamento do Mercado Municipal, em vigor, bem como irão vigorar durante a presença pandemia, em questão.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 09/2020, para produção de efeitos imediatos.

DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

6. LOTEAMENTOS URBANOS/OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Deliberação n.º 114 - Presente o processo de Licenciamento (Obras de Urbanização em área não abrangida por operação de Loteamento) n.º 41/2019/01, que se dá por reproduzido, em que é requerente a empresa NOS Comunicações, S.A., referente a "Construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas", na EM 528, freguesia e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação n.º 39/2020, datada de 10 de março de 2020, do Senhor Eng.º Joel Brandão Fonseca e à proposta da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 18/03/2020, de deferimento do pedido de licenciamento com o condicionalismo do cumprimento



CÂMARA MUNICIPAL

do disposto nos artigos 20.º, 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na sua atual redação, com imposição de não colocação de espigas de madeira.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 09/2020, para produção de efeitos imediatos.

7. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 115 - Presente o processo de Licenciamento de Obras n.º 20/2017-SAD/40/008, que se dá por reproduzido, em que é requerente Langereis – Empreendimentos Turísticos, Lda., referente à obra de “Legalização da alteração, ampliação de edifícios de habitação constituídos em propriedade horizontal a destinar a empreendimento turístico no espaço rural – Casas de Campo”, situada na Quinta do Rabaçal, lugar de Vila do Mato, freguesia de Midões e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação técnica n.º 079/2020, datada de 28 de abril de 2020, do Senhor Arq.º José Manuel Fonseca e à proposta da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o projeto de arquitetura (alteração ao projeto inicial), nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do RJUE, com os condicionalismos constantes no parecer emitido pela APA, vertidos no parecer da CCDRC.

Deliberação n.º 116 – Presente o processo de Licenciamento de Obras n.º 39/2019/217, que se dá por reproduzido, em que são requerentes Albertino Carlos Costa Almeida e Carla Sofia Dias S. Almeida, referente à obra de “Alteração e ampliação de um edifício de habitação e de comércio e serviços”, situado na Rua Dr. Francisco Beirão, n.º 41, freguesia e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo às informações técnicas n.º 238/2019, datada de 16 de setembro de 2019, do Senhor Arq.º José Manuel Fonseca e n.º 016/2020, datada de 6 de maio de 2020, do Senhor Eng.º Pedro



CÂMARA MUNICIPAL

Rodrigues e às propostas da Senhora Eng.^a Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os despachos da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datados de 25/09/2019 e de 06/05/2020, de aprovação do projeto de arquitetura, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do RJUE, com o condicionalismo da apresentação da certidão da descrição da Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada, até à emissão da licença de construção e de deferimento do pedido de licenciamento, nos termos do n.º 1, al. c) do artigo 23.º do RJUE, e aprovação das taxas correspondentes, respetivamente.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 09/2020, para produção de efeitos imediatos.

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

8. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 117 - Presente o auto de medição n.º 13 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela, incluindo a Construção de ETAR” – C.P. n.º 04-E/2017, no valor de 106.355,30€ (cento e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco euros e trinta centimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 118 – Presente o auto de medição n.º 9 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Meda de Mouros e Bogalhas e beneficiação e



CÂMARA MUNICIPAL

ampliação da ETAR de Pinheiro de Coja” – C.P. n.º 06-E/2017, no valor de 47.324,50€ (quarenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 09/2020, para produção de efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,

